moveis e utensilios, como consta abaixo:

8 04 2 - Aquisição moveis e utensilios	Cr$	20.000,00
8 07 2 - Aquisição moveis e utensilios	Cr$	200.000,00
8 10 2 - Aquisição moveis e utensilios	Cr$	30.000,00
8 33 2 - Aquisição moveis e utensilios	Cr$	200.000,00

Art 2º- O Pagamento da despesa a que alude esta lei, será feito por verbas proprias já consignadas no orçamento para 1.964.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrario, esta lei entrará em vigôr em 1º de janeiro de 1.964.

Manda, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem.

Prefeitura M. de Frutal, 30 de novembro de 1.963.

Jose Carlos Ribeiro

Iracy M Cove

Reg.a e publicada n/ secretaria na mesma data.

Mc imb. do Exc. IMCove

Lei nº 1.198, de 30 de novembro de 1.963.

Concede auxilios e sub-venções para o exercicio de 1.964.

O Povo do Municipio de Frutal, por seus representantes reunidos e em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º- Ficam concedidos, no exercicio de 1.964, os auxilios e sub-venções destinados às seguintes instituições:

Caixa Escolar do G. E. "Gomes da Silva"	Cr$	20.000,00
Cantina "Isolina Carvalho" do G. E. "Gomes da Silva"	Cr$	20.000,00
Cantina do G. Escolar "Frei Teodosio"	Cr$	20.000,00
Cantina do G. Escolar "Prof. Bueno"	Cr$	20.000,00
Nosso Lar "Julia de Carvalho"	Cr$	100.000,00

Lei 175

Santa Casa de Misericórdia de Santos. Cr$ 175.000,00
Conferência "São Vicente de Paulo" Cr$ 20.000,00
Asilo Pio XII Cr$ 240.000,00
Ginásio de Fruta[illegible] Cr$ 175.000,00
Escola "Vicente de Paulo" Cr$ 30.000,00
Escola de Comércio "Sr. Euvaldo Lodi" Cr$ 95.000,00
Ginásio Brasil Cr$ 160.000,00
Ginásio São Vicente de Paulo. Cr$ 100.000,00
Caixa Escolar da Vila Belmiro. Cr$ 20.000,00
Caixa Escolar das Escolas do Bandeira. Cr$ 20.000,00
Caixa Escolar da Assembléia de Minas. Cr$ 20.000,00
Centro E. "Cássio Siqueira Caubos", p/ campanha de agasalhos p/ pobres. Cr$ 200.000,00
Sociedade Evangélica B. de Fruta[illegible] p/ campanha de agasalhos p/ pobres. Cr$ 60.000,00

Art. 2º - O pagamento das contribuições de que trata o art. 1º, será feito mediante requerimento dos interessados, atendidas as exigências legais.

Art. 3º - A despesa com a execução da presente lei, correrá por verbas já consignadas no corrente exercício para 1964.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1964.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura M. de Fruta[illegible], 30 de Novembro de 1963.

João Carlos Ribeiro
Lacy M. Cone

Lei e sub-rogada a presente na mesma data,
No imp. de Sr. Lacy Cone